

Emenda nº /CCJ ao PLS nº 298, de 2011 – Complementar
(Supressiva – de autoria do senador Pedro Simon)

Suprima-se na íntegra o Art. 8º do PLS nº 298/2011-Complementar.

JUSTIFICAÇÃO

Um país **endividado** e em que a **evasão tributária monta a R\$ 500 bilhões por ano**, não pode se dar ao luxo de prescindir dos mecanismos mais eficientes para a cobrança de tributos, e que são exatamente os de que trata o dispositivo cuja supressão propugnamos.

Vale lembrar que, relativamente à Previdência, a Constituição Federal é expressa ao impedir que as pessoas em débito com o sistema da seguridade social contratem com o Poder Público ou dele recebam benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios (art. 195, § 3º).

Além disso, o art. 8º iguala os desiguais e, por isso, infringe o princípio da legalidade, na medida em que, dispensando o mesmo tratamento jurídico aos adimplentes e inadimplentes, acaba prejudicando aqueles, cujos preços, mais elevados, em razão dos encargos tributários, os farão perder oportunidades na concorrência pelo mercado.

A meu juízo, em virtude dessas razões de interesse público – que deve prevalecer sobre o interesse privado – o dispositivo há de ser suprimido do Projeto.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2013.

Senador PEDRO SIMON